



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
- Meio Ambiente e Patrimônio Cultural -

ATA DE REUNIÃO – 04 DE SETEMBRO DE 2019

Às 9h30 horas do dia quatro de setembro de dois mil e dezenove (2019), na sala de reunião da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão (4ª CCR), reuniram-se os Membros da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão Nívio de Freitas Silva Filho, Coordenador, Nicolao Dino de Castro e Costa Neto, Darcy Santana Vitobello, Julieta Elizabeth Fajardo Cavalcanti de Albuquerque; o Secretário Executivo, Daniel César Azeredo Avelino; e, os Procuradores da República lotados na Amazônia, Alexandre Ismail Miguel (PR/DF), Álvaro Lotufo Manzano (PR/TO), Ana Carolina Haliuc Bragança (PR/AM), por videoconferência, Erich Raphael Masson (PR/MT), Igor da Silva Spindola (PRM-Tefé/AM), Joaquim Cabral da Costa Neto (PR/AP), Joel Bogo (PR/AC), Luís de Camões Lima Boaventura (PRM-Santarém/PA), Ricardo Augusto Negrini (PR/PA), Tatiana de Noronha Versiani Ribeiro (PRM-Gurajará-Mirim/RO), a fim de tratar sobre a crise decorrente das queimadas na Amazônia. Feitas as explanações sobre as queimadas na Amazônia, foi proposto um plano de ação coordenada com as seguintes etapas: 1) Inquéritos Cíveis – instaurar Inquéritos Cíveis com o objetivo de apurar condutas específicas, em cada unidade, relacionadas ao desmonte dos órgãos ambientais, congregando as informações em um procedimento-mãe; 2) Ações penais – focar nos grandes casos criminais, com identificação das organizações criminosas responsáveis pelo desmatamento de grandes áreas, lavagem de dinheiro, falsificação de documentos, grilagem de terras; 3) Ação de improbidade; e 4) Força-Tarefa Amazônia – priorizar a criação das coordenadorias regionais e, como medida emergencial para beneficiar os ofícios ambientais da Amazônia, propor a liberação de percentual, nos Estados, para utilização dos cargos em comissão já existentes na contratação de servidores. Por fim, passaram a análise das recomendações a serem encaminhadas ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), alertando para a necessidade de adoção de medidas efetivas e concretas para o combate ao desmatamento e às queimadas na Amazônia. Os textos foram aprovados com o seguinte teor: **Recomendação nº 4/2019 – 4ª CCR ao MMA** - “que: 1. Realize, em conjunto com Ibama e ICMBio, operações de retirada e apreensão de gado criado em áreas de desmatamento ilegal, apresentando ao MPF, no período em 30 (trinta) dias, cronograma de quantas operações serão realizadas, conforme art. 225, § 3º, da Constituição Federal; art. 25 e art. 72, IV, da 9.605/98 e art. 134 do Decreto 6.514/08; 2. Estabeleça uma logística eficiente para auxiliar as atividades fiscalizatórias na destinação de produtos originários de áreas desmatadas ou embargadas, informando ao MPF no prazo de 30 (trinta) dias os procedimentos a serem adotados e normativos utilizados pelo órgão ambiental; 3. Realize, em conjunto com Ibama, auditoria e fiscalização nos planos de manejo florestais aprovados pelos órgãos estaduais nos Estado da Amazônia Legal, bem como operações de combate à inserção fraudulenta de créditos no sistema, comunicando ao MPF, em 30 dias, o número de operações a serem realizadas e o prazo para execução; 4. Realize, em conjunto com o Ibama, fiscalização nas empresas frigoríferas que não possuem compromissos públicos de controle da origem de matéria-prima, listadas no anexo A da presente recomendação; 5. Apresente, de maneira objetiva, dados técnicos que comprovem cientificamente que as informações produzidas pelo INPE não seriam suficientes para uma estratégia de atuação e fiscalização em



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
- Meio Ambiente e Patrimônio Cultural -

campo satisfatória, em conjunto com uso de outros sistemas como os alertas promovidos pelo CENSIPAM e a experiência de outros setores da administração pública, como nas Secretarias de Meio Ambiente Estaduais e Municipais; 6. Abstenha-se de contratar empresa de monitoramento, uma vez que, pelos dados existentes até o momento, e considerando-se todas as informações já disponíveis ao Inpe e referidas nesta Recomendação, não se revela tal necessidade, sob pena de violação aos princípios da economicidade e da razoabilidade; 7. Estabeleça procedimentos de lavratura de auto de infração e embargos de áreas desmatadas ilegalmente de maneira automatizada pelo Ibama e ICMBio, independente de vistoria de campo, quando os sistemas de monitoramento eletrônico apontarem a abertura e o responsável não apresentar a devida autorização; 8. Estabeleça, em 30 dias, no âmbito do Ministério, do Ibama e do ICMBio, uma política de comunicação pública adequada que permita aos servidores públicos do órgão cumprir o dever legal e constitucional de prestar contas à sociedade das ações específicas e necessárias adotadas diariamente para o cumprimento da legislação ambiental; 9. Se abstenha de praticar atos públicos com conotação de desincentivo ao descumprimento da lei ou deslegitimação de atos dos servidores responsáveis pela proteção ao meio ambiente e que estejam agindo no cumprimento dos seus deveres constitucionais e legais; 10. Se abstenha de dar declarações públicas que, sem comprovação, causem deslegitimação do trabalho do corpo de servidores do Ibama e do ICMBio; 11. Adote medidas de fortalecimento do quadro de servidores do Ibama/ICMBio garantindo recursos financeiros para o combate aos incêndios florestais e desmatamento ilegal, bem como seja garantida a necessária autonomia aos fiscais autuantes, nos termos da lei, para empregar instrumentos que visem inabilitar os infratores economicamente para a prática de novos delitos, com o fito de assegurar uma fiscalização produtora e eficaz; 12. Efetue a nomeação dos cargos ainda vagos de superintendência e direção, sempre com a estrita observância de critérios técnicos que comprovem a aptidão profissional dos escolhidos; e 13. Apresente em 30 dias ao MPF, de maneira individualizada, informações que comprovem a utilização de critérios técnicos na nomeação de profissionais para o exercício de cargos e funções públicos no ano de 2019, com a estrita observância dos princípios constitucionais da legalidade, da moralidade, da impessoalidade e da eficiência administrativa, com fulcro no art. 37 da Constituição Federal.” **Recomendação nº 5/2019 – 4ª CCR ao ICMBio** - “que: 1. Realize operações de retirada e apreensão de gado criado em áreas de desmatamento ilegal, apresentando ao MPF, no período em 30 (trinta) dias, cronograma de quantas operações serão realizadas, conforme art. 225, § 3º, da Constituição Federal; art. 25 e art. 72, IV, da 9.605/98 e art. 134 do Decreto 6.514/08; 2. Estabeleça uma logística eficiente para auxiliar as atividades fiscalizatórias na destinação de produtos originários de áreas desmatadas ou embargadas, informando ao MPF no prazo de 30 (trinta) dias os procedimentos a serem adotados e normativos utilizados pelo órgão ambiental; 3. Estabeleça procedimentos de lavratura de auto de infração e embargos de áreas desmatadas ilegalmente de maneira automatizada, independente de vistoria de campo, quando os sistemas de monitoramento eletrônico apontarem a abertura e o responsável não apresentar a devida autorização; 4. Estabeleça, em 30 dias, uma política de comunicação pública adequada que permita aos servidores públicos do órgão cumprir o dever legal e constitucional de prestar contas à sociedade das ações específicas e necessárias adotadas diariamente para o cumprimento da legislação ambiental; 5. Se abstenha de praticar atos públicos com conotação de desincentivo ao descumprimento da lei ou deslegitimação de atos dos servidores responsáveis pela proteção ao meio ambiente e que estejam agindo no cumprimento dos seus deveres constitucionais e legais; 6. Se



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
- Meio Ambiente e Patrimônio Cultural -

abstenha de dar declarações públicas que, sem comprovação, causem deslegitimação do trabalho do corpo de seus servidores; 7. Adote medidas de fortalecimento do quadro de seus servidores, garantindo recursos financeiros para o combate aos incêndios florestais e desmatamento ilegal, bem como seja garantida a necessária autonomia aos fiscais autuantes, nos termos da lei, para empregar instrumentos que visem inabilitar os infratores economicamente para a prática de novos delitos, com o fito de assegurar uma fiscalização produtora e eficaz; 8. Efetue a nomeação dos cargos ainda vagos de superintendência e direção, sempre com a estrita observância de critérios técnicos que comprovem a aptidão profissional dos escolhidos; e 9. Apresente em 30 dias ao MPF, de maneira individualizada, informações que comprovem a utilização de critérios técnicos na nomeação de profissionais para o exercício de cargos e funções públicos no ano de 2019, com a estrita observância dos princípios constitucionais da legalidade, da moralidade, da impessoalidade e da eficiência administrativa, com fulcro no art. 37 da Constituição Federal”. **Recomendação nº 6/2019 – 4ª CCR ao Ibama** - “que: 1. 1. Realize operações de retirada e apreensão de gado criado em áreas de desmatamento ilegal, apresentando ao MPF, no período em 30 (trinta) dias, cronograma de quantas operações serão realizadas, conforme art. 225, § 3º, da Constituição Federal; art. 25 e art. 72, IV, da 9.605/98 e art. 134 do Decreto 6.514/08; 2. Estabeleça uma logística eficiente para auxiliar as atividades fiscalizatórias na destinação de produtos originários de áreas desmatadas ou embargadas, informando ao MPF no prazo de 30 (trinta) dias os procedimentos a serem adotados e normativos utilizados pelo órgão ambiental; 3. Realize auditoria e fiscalização nos planos de manejo florestais aprovados pelos órgãos estaduais nos Estado da Amazônia Legal, bem como operações de combate à inserção fraudulenta de créditos no sistema, comunicando ao MPF, em 30 dias, o número de operações a serem realizadas e o prazo para execução; 4. Realize fiscalização nas empresas frigoríferas que não possuem compromissos públicos de controle da origem de matéria-prima, listadas no anexo A da presente recomendação; 5. Apresente, de maneira objetiva, dados técnicos que comprovem cientificamente que as informações produzidas pelo INPE não seriam suficientes para uma estratégia de atuação e fiscalização em campo satisfatória, em conjunto com uso de outros sistemas como os alertas promovidos pelo CENSIPAM e a experiência de outros setores da administração pública, como nas Secretarias de Meio Ambiente Estaduais e Municipais; 6. Abstenha-se de contratar empresa de monitoramento, uma vez que, pelos dados existentes até o momento, e considerando-se todas as informações já disponíveis ao Inpe e referidas nesta Recomendação, não se revela tal necessidade, sob pena de violação aos princípios da economicidade e da razoabilidade; 7. Estabeleça procedimentos de lavratura de auto de infração e embargos de áreas desmatadas ilegalmente de maneira automatizada, independente de vistoria de campo, quando os sistemas de monitoramento eletrônico apontarem a abertura e o responsável não apresentar a devida autorização; 8. Estabeleça, em 30 dias uma política de comunicação pública adequada que permita aos servidores públicos do órgão cumprir o dever legal e constitucional de prestar contas à sociedade das ações específicas e necessárias adotadas diariamente para o cumprimento da legislação ambiental; 9. Se abstenha de praticar atos públicos com conotação de desincentivo ao descumprimento da lei ou deslegitimação de atos dos servidores responsáveis pela proteção ao meio ambiente e que estejam agindo no cumprimento dos seus deveres constitucionais e legais; 10. Se abstenha de dar declarações públicas que, sem comprovação, causem deslegitimação do trabalho do corpo de seus servidores; 11. Adote medidas de fortalecimento do quadro de seus servidores, garantindo recursos financeiros para o combate aos incêndios florestais e desmatamento



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
- Meio Ambiente e Patrimônio Cultural -

ilegal, bem como seja garantida a necessária autonomia aos fiscais autuantes, nos termos da lei, para empregar instrumentos que visem inabilitar os infratores economicamente para a prática de novos delitos, com o fito de assegurar uma fiscalização produtora e eficaz; 12. Efetue a nomeação dos cargos ainda vagos de superintendência e direção, sempre com a estrita observância de critérios técnicos que comprovem a aptidão profissional dos escolhidos; e 13. Apresente em 30 dias ao MPF, de maneira individualizada, informações que comprovem a utilização de critérios técnicos na nomeação de profissionais para o exercício de cargos e funções públicos no ano de 2019, com a estrita observância dos princípios constitucionais da legalidade, da moralidade, da impessoalidade e da eficiência administrativa, com fulcro no art. 37 da Constituição Federal”. Nada mais havendo a tratar, a presente ata segue assinada pelos participantes.

NÍVIO DE FREITAS SILVA FILHO
Coordenador da 4ª CCR
Subprocurador-Geral da República

NICOLAO DINO
Membro da 4ª CCR
Subprocurador-Geral da República

DARCY SANTANA VITO BELLO
Membro da 4ª CCR
Subprocuradora-Geral da República

JULIETA E. FAJARDO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
Membro da 4ª CCR
Subprocuradora-Geral da República

DANIEL CÉSAR AZEREDO AVELINO
Secretário Executivo da 4ª CCR
Procurador da República

ALEXANDRE ISMAEL MIGUEL
Procurador da República no Distrito Federal

ÁLVARO LOTUFO MANZANO
Procurador da República em Tocantins

ANA CAROLINA HALIUC BRAGANÇA
Procuradora da República no Amazonas

ERICH RAPHAEL MASSON
Procurador da República no Mato Grosso

IGOR DA SILVA SPINDOLA
Procurador da República no Município de Tefé/AM

JOAQUIM CABRAL DA COSTA NETO
Procurador da República no Amapá

JOEL BOGO
Procurador da República no Acre

LUÍS DE CAMÕES LIMA BOAVENTURA
Procurador da República no Município de Santarém/PA

RICARDO AUGUSTO NEGRINI
Procurador da República no Pará



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
- Meio Ambiente e Patrimônio Cultural -

TATIANA DE NORONHA VERSINI RIBEIRO
Procurador da República no Município de Guajará-
Mirim/RO



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PGR-00413460/2019 ATA**

Signatário(a): **DARCY SANTANA VITOBELLO**

Data e Hora: **04/09/2019 17:29:00**

Assinado com certificado digital

Signatário(a): **ALEXANDRE ISMAIL MIGUEL**

Data e Hora: **04/09/2019 17:46:19**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **JOEL BOGO**

Data e Hora: **04/09/2019 17:26:02**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **JOAQUIM CABRAL DA COSTA NETO**

Data e Hora: **04/09/2019 17:25:14**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **ALVARO LOTUFO MANZANO**

Data e Hora: **04/09/2019 17:24:09**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **DANIEL CESAR AZEREDO AVELINO**

Data e Hora: **05/09/2019 19:09:22**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **LUIS DE CAMOES LIMA BOAVENTURA**

Data e Hora: **04/09/2019 18:19:17**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **ANA CAROLINA HALIUC BRAGANÇA**

Data e Hora: **04/09/2019 18:23:10**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **NIVIO DE FREITAS SILVA FILHO**

Data e Hora: **04/09/2019 17:58:39**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **RICARDO AUGUSTO NEGRINI**

Data e Hora: **05/09/2019 17:36:07**

Assinado com login e senha



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PGR-00413460/2019 ATA**

Signatário(a): **NICOLAO DINO DE CASTRO E COSTA NETO**

Data e Hora: **04/09/2019 17:49:23**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **ERICH RAPHAEL MASSON**

Data e Hora: **05/09/2019 14:47:32**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **JULIETA ELIZABETH FAJARDO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE**

Data e Hora: **05/09/2019 18:36:56**

Assinado com certificado digital

Signatário(a): **TATIANA DE NORONHA VERSIANI RIBEIRO**

Data e Hora: **05/09/2019 11:08:35**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **IGOR DA SILVA SPINDOLA**

Data e Hora: **05/09/2019 16:07:19**

Assinado com login e senha

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave D4C3A088.5D77901A.1B22D364.FC27F8E6